

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A772	Arquitetura e urbanismo: forma, espaço e design [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-615-7 DOI 10.22533/at.ed.157190509  1. Arquitetura. 2. Desenho (Projetos). 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.  CDD 720
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Discutir Arquitetura e Urbanismo é trazer à tona uma realidade cotidiana, é abordar a relação entre homem e espaço. Esta por sua vez, impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas. Por isso pesquisar sobre Arquitetura e Urbanismo é abrir um leque de infinitas possibilidades de abordagem, que pode ser a arquitetura enquanto construção, o patrimônio, a cidade, os parques, as políticas de habitação, enfim, temas que parecem desconectados, mas que, na realidade, possuem uma ligação primordial: o espaço habitado pelo homem.

É em busca de qualidade desse espaço vivido que os artigos deste livro se conectam. O espaço construído é discutido enquanto verticalização e também patrimônio, as políticas de habitação e seus impactos na urbanização; o espaço aberto aparece nas discussões acerca dos parques e patrimônio natural. Os relatos aqui apresentados oportunizam reflexões sobre o urbano, sua segregação, sua degradação, suas inclusões e exclusões, e vislumbram um horizonte de possibilidades para nossos espaços.

A relevância de trazer à tona discussões atualizadas para nossos espaços, faz deste *e-book* uma contribuição efetiva para diversas áreas que estudam o espaço e sua relação com o homem, disseminando visões acerca desses conhecimentos.

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ARRANHA-CÉU NO SÉCULO XXI: SENTIDO DE CHEGADA E O SENTIDO DE LUGAR. O CASO DO LEADENHALL BUILDING	
Luís Henrique Bueno Villanova	
DOI 10.22533/at.ed.1571905091	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
PARQUES LINEARES COMO ELEMENTOS DE CONEXÃO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	
Gisele Aparecida Nogueira Yallouz	
Bruno Silva Ferreira	
Fabiany Sampaio Bertucci Tavares	
Jussara Maria Basso	
DOI 10.22533/at.ed.1571905092	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A PAISAGEM DA BAIÁ DA GUANABARA: PATRIMÔNIO, SEGREGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
Leonardo Marques de Mesentier	
Evelyn Furquim Werneck Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1571905093	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ECONOMIA CRIATIVA   CONVERGÊNCIAS	
Elisabete Barbosa Castanheira	
DOI 10.22533/at.ed.1571905094	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
AS JANELAS QUEBRADAS NO QUARTO DISTRITO DE PORTO ALEGRE	
Daniel Barreto Dillenburg	
Marina Machado Dillenburg	
DOI 10.22533/at.ed.1571905095	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
FRAGMENTOS URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UBERLÂNDIA/MG	
Guilherme Augusto Soares da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.1571905096	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
O MINHA CASA MINHA VIDA “EMPRESAS” NA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL “TEOTÔNIO VILELA – PIRACICABA”	
Marcelo Álvares de Lima Depieri	
DOI 10.22533/at.ed.1571905097	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE PNEUS DE DESCARTE EM ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - MG	
Bruna Horta Bastos Kuffner	
Claudio Marcelino de Toledo	
Demarcus Werdine	
José Maurício Pereira dos Santos	
Leyde Kelly Miranda	
Maira de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1571905098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>104</b>
AUTENTICIDADE EM RISCO ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU!	
Eder Donizete da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1571905099</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>120</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>121</b>

## A PAISAGEM DA BAIÁ DA GUANABARA: PATRIMÔNIO, SEGREGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**Leonardo Marques de Mesentier**  
(EAU/PPGAU/UFF)

<http://lattes.cnpq.br/8213239430578690>

**Evelyn Furquim Werneck Lima**

(UNIRIO/PPGAC/CNPq) <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785845U4>

**RESUMO:** Como evidencia o estado de degradação da Baía da Guanabara e a quase nenhuma reação da sociedade civil e do poder público face a este estado de abandono, a Baía tem sido pouco valorizada como paisagem histórica e cultural. Considerando esse quadro, o objetivo desse artigo é discutir essa invisibilidade patrimonial da paisagem da Baía da Guanabara e dos bens culturais e paisagísticos a ela associados. O argumento apresentado propõe que esta invisibilidade decorre, entre outros fatores, da segregação sócio-territorial, existente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e debate as consequências deste estado de segregação para a formação das identidades sociais na Região, para, em seguida, a partir dos temas da paisagem, do patrimônio, da segregação sócio-territorial, e de suas consequências para a formação das identidades sociais, debater os efeitos dessa situação para o desenvolvimento metropolitano. Nessa perspectiva, conclui-se que a Baía da Guanabara guarda a potencialidade de

paisagem histórica e cultural integral, porém só é percebida na significativa diferenciação simbólica entre suas partes. Observa-se que a segregação sócio-territorial atua como uma estrutura estruturante (Bourdieu, 2007) das representações de identidades sócio-territoriais, capaz de formatar identidades e a percepção das diferenças entre os habitantes e lugares da cidade, incluindo a percepção da paisagem urbana. Urge, portanto, buscar reduzir esta segregação sócio-territorial e investir efetivamente na recuperação deste patrimônio metropolitano de inigualável valor para as cidades lindeiras; assim como dos bens culturais edificados, muitos dos quais quase desconhecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural e paisagístico; segregação; desenvolvimento urbano

**THE GUANABARA BAY LANDSCAPE:  
HERITAGE, SEGREGATION AND  
DEVELOPMENT**

**ABSTRACT:** As evidenced by the current condition of Guanabara Bay's degradation and almost no reaction from civil society and public authorities concerning this state of neglect, the Bay has been little valued as a historical and cultural landscape. Considering this framework, the objective of this article is to

discuss this patrimonial invisibility of the Guanabara Bay landscape and of the cultural and landscape assets associated with it. The presented argument proposes that this invisibility derives, among other factors, from the socio-territorial segregation existing in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. It also discusses the consequences of this state of segregation regarding the formation of social identities in the Region, and then, from the themes of landscape, heritage, socio-territorial segregation, and its consequences for the formation of social identities, the article discusses the effects of this situation on metropolitan development. From this perspective, we noticed that Guanabara Bay preserves the potential of an integral historical and cultural landscape, nonetheless this potential is only perceived in the significant symbolic differentiation between its parts. We observed that socio-territorial segregation acts as a structuring structure (Bourdieu, 2007) of representations of socio-territorial identities, able to shape identities and the perception of the differences between the inhabitants and places of the city, including the perception of the urban landscape. It is urgent, therefore, to reduce this socio-territorial segregation and to effectively invest in the recovery of this metropolitan patrimony of unequalled value to the surrounding cities, as well as the built cultural assets, many of which are almost unknown

**KEYWORDS:** cultural and landscape heritage; segregation; urban development

Assim como a civilização egípcia se desenvolveu em torno do Rio Nilo e o Mar Mediterrâneo foi o berço das duas tradições, a clássica greco-romana e a judaico-cristã, que fundam o ocidente e influenciam uma ampla área do oriente; não há como pensar a região metropolitana do Rio de Janeiro, sem pensar a Baía de Guanabara: caminho, alimento e paisagem.

A Baía de Guanabara está histórica e geograficamente ligada, de forma indissolúvel, à problemática do desenvolvimento metropolitano do Rio de Janeiro. Por outro lado, apesar da sua degradação, a Baía da Guanabara é sem dúvida um patrimônio, cultural e ambiental, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. As histórias destas formações sócio-territoriais – o Brasil, o Rio e a sua Região Metropolitana - não podem ser contadas corretamente, sem mencionar a Baía da Guanabara, que guarda hoje, na sua materialidade, um amplo conjunto de testemunhos do processo que as constitui.

No entanto, como evidenciam, por um lado, o estado de degradação da baía e, por outro, a quase nenhuma reação da sociedade civil e do Estado frente a esta degradação, a Baía da Guanabara, tem sido pouco valorizada enquanto paisagem histórica e cultural. Da mesma forma, pode-se dizer que os bens tombados, pela

---

1 Uma das causas da Baía da Guanabara não ser percebida como patrimônio é a sua própria degradação e não se pode entender a degradação da Baía da Guanabara, sem fazer referência à bacia hidrográfica que a alimenta a Baía. Vista na sua integração a esta bacia hidrográfica, onde cada gota de chuva que cai tem como destino potencial atravessar a entrada da Baía para encontrar o oceano, a Baía remete a base territorial do processo de formação de uma metrópole a sua volta, com 11 milhões de humanos.

esfera federal, estadual e municipal, que se associam à Baía da Guanabara, estão com o seu reconhecimento patrimonial em grande parte invisível.<sup>1</sup>

Enquanto paisagem de valor cultural e como bem patrimonial, só parcialmente e de forma limitada, a Baía da Guanabara é objeto fruição e reconhecimento social. Esta constatação abre um conjunto amplo de questões, a começar pela indagação: porque um patrimônio tão relevante para o desenvolvimento metropolitano se encontra em tal estado de degradação? Porque de um conjunto de paisagens de valor histórico e cultural só uma pequena parte é reconhecida como objeto de fruição da sociedade?

Frente a essas questões, o objetivo desse artigo é discutir essa invisibilidade patrimonial da paisagem da Baía da Guanabara e dos bens patrimoniais a ela associados. O argumento apresentado neste trabalho propõe que esta invisibilidade decorre, entre outros fatores, da segregação sócio-territorial existente, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e debate as consequências deste estado de segregação para a formação das identidades sociais na Região, para, em seguida, a partir dos temas da paisagem, do patrimônio e da segregação sócio-territorial, e de suas consequências para a formação das identidades sociais, debater as consequências dessa situação para o desenvolvimento metropolitano.

## **A PAISAGEM, A IDENTIDADE E AS RELAÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO**

Para desenvolver o argumento proposto, parece interessante abrir um diálogo com os conceitos de construção de identidade presentes em Rogério Haesbaert (1999), Manuel Castells (1999), Stuart Hall (2011; 2012), Kathryn Woodward (2012); bem como com o conceito de poderes sociais de Pierre Bourdieu (1987).

Para Hall as identidades são “produzidas em locais históricos e institucionais específicos” (Hall, 2012: 109). Castells sugere que a construção de identidades apoia-se na história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, entre outras. Argumenta, porém, que indivíduos e grupos sociais reorganizam os significados desta identidade de acordo com seus projetos culturais e estrutura social, e sua visão de tempo e espaço (Castells, 1999 [1996]: 26). Nessa perspectiva Haesbaert (1999) argumenta que:

“uma identidade social é definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.” (Haesbaert, 1999: 172)

Considerando os pontos de vista de Castells e Haesbaert, pode-se entender a formação de identidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao considerar a configuração desse território, onde aparece com centralidade e destaque a Baía da Guanabara. O papel da Baía da Guanabara na estruturação urbana e na constituição da paisagem traz implicações importantes ao processo de formação das identidades

sociais do território metropolitano.

Haesbaert acrescenta ainda que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa)” (Haesbaert, 1999:172). Nesse sentido, vale lembrar que Hall (2011:2012) aponta a relação orgânica existente entre as representações culturais e as identidades sociais, indicando que é partir dos processos de produção e leitura das representações de identidade, que as identidades sociais se constituem e reconstituem. Assim, na construção simbólica do território metropolitano no imaginário social, a paisagem da Baía da Guanabara é um dos elementos de representação e construção simbólica das identidades territoriais metropolitanas.

A forma como a identificação e valoração simbólica da Baía da Guanabara, traz implicações sociais para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro pode ser mais bem compreendida a partir da proposição de Woodward (2012), quando indica que as identidades sociais são antes de tudo relacionais, ou seja, os grupos sociais constituem suas identidades uns frente a outros. São as formas concretas pelas quais as identidades sociais se constituem que indicam a cada grupo social, o que ele é; e o que ele pode ser frente aos demais; e, portanto, o tipo de relação que os grupos estabelecem entre si, para constituir uma sociedade. O grau de solidariedade e conflito entre os grupos sociais está, portanto, diretamente relacionado ao processo de formação das identidades sociais. Seguindo esse pensamento cabe indagar como, concretamente, a ocupação histórica do território da Baía da Guanabara estruturou simbolicamente as relações de identidade entre os grupos sociais no contexto metropolitano?<sup>2</sup>

Esta construção, para Pierre Bourdieu (1987), está vinculada à concepção de um espaço a partir de poderes sociais, em que o mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional, que pode ser conhecido a partir das diferenças observadas em um determinado universo social; ou, em outras palavras, descobrindo os poderes ou formas de capital que podem tornar-se eficiente, como um Ás em um jogo de cartas, para este universo particular, isto é, o mundo social pode deve ser conhecido a partir da luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos desse universo.<sup>3</sup>

Entende-se, portanto, que a apropriação diferenciada da Baía de Guanabara pelos habitantes de suas margens, tanto no que se refere aos bens culturais quanto aos bens ambientais dependeria de três poderes sociais que Bourdieu elenca como (i) o capital econômico; (ii) o capital cultural e (iii) o capital social, que consiste de

---

<sup>2</sup> Esse será o tema do próximo tópico.

<sup>3</sup> The social world can be conceived as a multi-dimensional space that can be constructed empirically by discovering the main factors of differentiation which account for the differences observed in a given social universe, or, in other words, by discovering the ‘powers or forms of capital which are or can become efficient, like aces in a game of cards, in this particular universe, that is, in the struggle (or competition) for the appropriation of scarce goods of which this universe is the site (Bourdieu, 1987:4).

recursos baseados em contatos e participação em grupos e que ele associa ao capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital assumem, uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos.” (Bourdieu, 1987:4). Essa perspectiva sugere antes de tudo que uma apropriação da Baía da Guanabara, nas suas diferentes partes, constitui perspectiva diferenciadas para seus habitantes e que determina o capital simbólico de cada parte a partir de relações de poder, resultando dessa interação o capital simbólico geral da Região.

Pode-se adicionar, quando se considera que Hall assinala que as identidades “têm haver não tanto com ‘quem nós somos’ ou ‘de onde viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem podemos nos tornar’ e ‘como temos sido representados’”, (Hall, 2012: 109), no dizer de Woodward:

“a representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou? Quem eu poderia ser? Quem eu quero ser? (Woodward, 2012: 18)

Ou seja, o que está em debate na questão da paisagem da Baía da Guanabara é antes de tudo aquilo no que pode vir a se tornar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a partir dos processos de formação das identidades sociais que constituem os diferentes grupos sociais que integram a região metropolitana, mas também a região metropolitana enquanto uma formação sócio-territorial, que constitui uma totalidade concreta (Kosik, 1976).

## **SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL**

Não se pode responder à questão sobre como, concretamente, a ocupação histórica do território da Baía da Guanabara estruturou simbolicamente as relações de identidade entre os grupos sociais no contexto metropolitano, sem considerar o tema da segregação sócio-territorial.

Como fenômeno que integra o processo de formação histórica dos aglomerados urbanos, a segregação socioterritorial tem como um de seus fatores estruturantes a desigualdade de renda na sociedade. A segregação aparece como um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais “tendem a se concentrar” progressivamente “em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. (Villaça, 2001: 142) Ainda que outros fatores possam atuar, quanto maiores às diferenças de renda entre as classes sociais em uma metrópole ou cidade, maior tenderá a ser a segregação socioterritorial.

O processo de segregação socioterritorial nasce de duas transformações históricas relevantes no processo de urbanização. Primeiro, o processo de formação de empreendimentos imobiliários nas cidades<sup>4</sup>, no desenvolvimento do modo de urbanização que Lewis Mumford chamou de cidade comercial, mas que se poderia

---

4 Que se associaram, em muitas cidades, à formação dos sistemas de transporte público.

chamar, sem se afastar de Mumford no essencial, de modo de urbanização comercial-manufatureiro<sup>5</sup>. Nesse contexto, os empreendedores imobiliários encontraram na transformação de terra rural, em terra urbana, para loteamento, uma oportunidade de valorização de seu capital, que deu origem a formação de periferias urbanas. Em seguida, esse processo se amplia de forma exponencial com o desenvolvimento do modo de urbanização industrial, que pela primeira concentra, nas cidades, a maioria dos trabalhadores, acentuando o mecanismo de diferenciação do mercado de terras.

O desenvolvimento dos modos de urbanização comercial-manufatureiro, industrial e fordista, trazendo de forma cada vez mais massiva os trabalhadores às cidades; e formação e sofisticação do mercado imobiliário que, na busca do lucro, gera a diferenciação de produtos, pela qualidade da edificação, mas principalmente por sua localização na estrutura intraurbana, tem como consequência a materialização no tecido urbano as diferenças sociais e econômicas, constituindo metrópoles com ambiente construído e tecido urbano que são a expressão a segregação sócio-territorial.

A segregação se estabelece e se desenvolve na medida das diferenças de renda. Mas, com o passar do tempo, essas diferenças de renda se refletem na estrutura intraurbana, e então as diferenças que a própria segregação gerou, passam a contribuir para tornar as diferenças na cidade ainda mais profundas. Sem que forças externas venham a interferir no processo de urbanização, a segregação sócio-territorial torna-se uma tendência que se autorreforça.

O próprio comportamento dos agentes econômicos no mercado imobiliário busca tirar vantagens da segregação socioterritorial, criando produtos específicos para cada camada social e, no mais das vezes o estado atua na mesma direção. Essa tendência traz implicações para a qualidade do ambiente construído e, deste modo, a segregação acaba por se refletir na paisagem urbana, demarcando paisagens urbanas diferenciadas e, conseqüentemente, estabelecendo relações entre identidade social associadas paisagem urbana. Falando sobre a segregação urbana Castells, já 1983, afirmava que: “A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão” ganham expressão e significado sociocultural na forma urbana da cidade (Castells, 1983: 210)

Assim, a segregação também contribui para o processo de formação das identidades sociais no território, na medida em que associa o tecido urbano das diferentes áreas da cidade a classes e grupos sociais específicos. Por isso, os aspectos relativos à forma que a segregação social está se refletindo no reconhecimento do valor da paisagem urbana da Baía da Guanabara interessam a este trabalho. Mas, nesse sentido, também interessa a forma como a segregação se reflete na percepção

---

<sup>5</sup> Posto que o desenvolvimento do mercado imobiliário nesse momento se dá associado ao desenvolvimento de um mercado para a habitação de trabalhadores do setor manufatureiro.

dos territórios, na percepção da paisagem existente, na percepção daquilo que nos territórios será percebido como paisagem de valor cultural. Ou seja, se por um lado, interessa a materialização da segregação no território, por outro interessa, a constituição de um imaginário da cidade a partir da segregação.

Assim quando se consideram os aspectos relativos ao imaginário da cidade, não se pode deixar de considerar que a própria noção de paisagem expressa, por um lado, uma relação entre a consciência e o mundo exterior, marcada pelo sentido estético; mas por outro remete à laços afetivos e a um imaginário de pertencimento, sendo, nesse sentido, é constitutiva de identidades e afetos no indivíduo e no grupo (Mesentier; Moreira, 2014). Como indica Haesbaert (1999) as coletividades humanas tendem a estabelecer importantes conexões e associações de identidade com certas partes do território, que por sua vez acabam por participar da própria definição e constituição do auto reconhecimento de certo grupo social.

Trata-se de refletir sobre as consequências culturais da segregação e sugerir que a valorização e reconhecimento das paisagens e do patrimônio cultural, na Baía da Guanabara estão sendo mediados pela cultura urbana que tem como elemento estruturante da percepção do território a segregação sócio-territorial, interessando especialmente o tange o processo de formação das identidades sociais na metrópole da Guanabara.

## DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO NA BAIÁ DA GUANABARA

A região metropolitana do Rio de Janeiro decorre da ocupação histórica da Baía da Guanabara e do recôncavo da Baía da Guanabara. No período colonial a baía já era amplamente ocupada pelos povos indígenas que aqui viviam. **Fania** Fridman assinala a existência dos muitos ancoradouros localizados em pontos abrigados da Baía e a navegabilidade dos rios do recôncavo para indicar o início do processo de ocupação da baixada (Fridman, 1999: 84, 87); indica ainda que o chamado ciclo da mineração contribuiu para aumentar a atividade naval na baía e induzir a expansão da articulação territorial da região (Fridman, 1999: 97).

A partir da chegada do colonizador funda-se a cidade do Rio de Janeiro, próxima a entrada da Baía. Desde o episódio da invasão francesa no século XVI, o Rio de Janeiro estabelece uma importante ligação com a área aonde posteriormente iria a se formar a cidade de Niterói. A partir do período colonial e durante o período em que o Rio de Janeiro foi capital federal, até a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, em 1975, essas duas cidades se configuram como polos relevantes da estruturação do território metropolitano. A conexão histórica, que se estabelece entre Rio de Janeiro e Niterói define um eixo socioterritorial relevante para percepção da Baía da Guanabara.

Durante o período colonial, onde os meios de transporte são os lombos das mulas e, principalmente os barcos, a Baía da Guanabara se apresenta como uma oferta

relevante de caminhos que articulam o recôncavo e seus rios. Ao longo do século XIX, o transporte de passageiros pela baía passa a ser uma importante atividade da cidade comercial manufatureira. Fridman afirma que a partir de 1817 “o negócio de deslocamento de passageiros foi estimulado com a navegação a vapor” e aponta diferentes linhas de transporte que se estabelecem a partir de então (Fridman, 1999: 113, 114). Posteriormente, a partir de 1850, se desenvolvem os caminhos de ferro, e não por acaso, a Baía da Guanabara abriga a primeira estação ferroviária do Brasil. Durante esse período de desenvolvimento, vão sendo construídos importantes marcos históricos, que produzem relevantes marcas culturais na paisagem da Baía da Guanabara.

Devido à combinação da sua condição de cidade portuária à condição cidade capital do país, o Rio de Janeiro foi o primeiro Estado da federação a se industrializar e, conseqüentemente, foi sempre o Estado mais urbanizado da federação. A industrialização do Rio de Janeiro se inicia na segunda metade do século XIX, porém, já na segunda década do século XX o Estado de São Paulo supera o Rio de Janeiro, em termos de participação relativa no PIB industrial brasileiro<sup>6</sup>.

A industrialização se fez acompanhar, primeiro dos caminhos de ferro, depois de rodovias e autoestradas e, dentro desse processo, a Ponte ligando o Rio a Niterói se constituirá numa importante infraestrutura de transporte, mas também num elemento de definição da leitura da paisagem.

Dadas suas respectivas condições de cidades-capital, o Rio de Janeiro (Capital Federal) e Niterói (Capital de Estado), passam a ter processos de desenvolvimento urbano com maior presença de planejamento e regulação urbana estatal. Para análise da paisagem urbana, há duas conseqüências desse processo que cabem ser sublinhadas: i) a maior regulação urbanística conduz a cenários urbanos mais ordenados e homogêneos, portanto, mais pregnantes, conduzindo a qualidade paisagística dessas duas cidades a ser superior à das demais cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro; ii) a maior regulamentação e o maior investimento do Estado no ambiente construído, como o custo da terra no Rio de Janeiro e em Niterói era relativamente maior que nos demais municípios da Região metropolitanos. Naturalmente, os mais pobres ocuparam as áreas onde o custo da terra era menor, o que definiu um padrão de segregação sócio territorial metropolitano.

No caso do Rio de Janeiro, um dos principais, se não o principal elemento do ambiente metropolitano é a Baía da Guanabara. Porém, o processo de industrialização que deu ensejo a formação da metrópole, teve como uma de suas conseqüências,

---

<sup>6</sup> Essa perda de participação relativa no PIB industrial, em favor de São Paulo, prossegue até os anos 80 do século XX, quando São Paulo também inicia uma perda de participação no PIB industrial, em favor das demais unidades da federação, dando ensejo a desconcentração industrial da economia brasileira. (Mesentier, 1993) Esse processo que se associa, em seguida, ao início da desindustrialização metropolitana, no Rio e em São Paulo, bem como a passagem do Brasil, de uma situação onde o setor econômico que mais crescia era a indústria, para uma situação onde o setor econômico que mais cresce é o setor de serviços. (Mesentier, 2003).

que se encontram em seu entorno, cujo significado remete a ela, porque gerou, por um lado degradação ambiental e, por outro lado, segregação sócio-territorial.

Quando se considera a papel histórico da Baía na formação metropolitana, sua relevância para a qualidade ambiental da metrópole e sua inserção paisagística no ambiente urbano, não se pode deixar de considerá-la como um patrimônio metropolitano. Mas, de que modo se pode preservar um patrimônio quando este patrimônio não é percebido enquanto tal?

## O VISÍVEL E O INVISÍVEL: AS DUAS BAÍAS DA GUANABARA

Na verdade, há uma parcela da Baía da Guanabara que permanece visível enquanto patrimônio cultural e paisagístico. Fruto de um processo histórico-cultural, no imaginário predominante na metrópole, a Baía da Guanabara patrimonial é representada pelo trecho da Baía entre a Ponte Rio-Niterói e a saída da Baía para o Oceano. Nessa parte estão as fortalezas históricas, o MAC e a Ilha de Boa Viagem em Niterói; o trecho da cidade que foi classificado pela UNESCO como patrimônio da humanidade está nesta parte da Baía. Porém, toda a parte entre a Ponte Rio-Niterói e o fundo da Baía, com suas respectivas paisagens, não recebe o mesmo reconhecimento.

Uma das possíveis causas desta invisibilidade pode estar nas enormes diferenças socioeconômicas, entre essas áreas, e nos rebatimentos dessas diferenças sócio econômicas sobre processo de construção das representações de identidade territorial, que se associou ao processo de segregação sócio-territorial. Lago (2015) apontou em seus estudos as diferenças no tecido urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro relativos ao processo de segregação. No de território da RMRJ estão presentes diferenciações socioeconômicas que correspondem aos 5 patamares de IDH utilizados pela UNESCO, ou seja, há áreas com IDH equivalente as áreas mais avançadas e áreas equivalentes as áreas mais atrasadas do planeta. Os Índices de Desenvolvimento Humanos mais altos estão na faixa correspondente entre a Ponte Rio-Niterói e a entrada da Baía; com uma tendência a queda no IDH, após a Ponte, conforme se caminha em direção ao fundo da Baía.

Não se pode deixar de considerar, portanto, que as hierarquias de valores culturais, que se associam ao processo de segregação sócio-territorial tenham contribuído no sentido da desconstituição do significado patrimonial da paisagem, dos bens e manifestações existentes no fundo da Baía. Mas, geograficamente, após a Ponte, na área mais ao fundo da baía, também existe um patrimônio precioso. Cabe ressaltar a Guia de Pacobaíba, onde está a primeira estação ferroviária do Brasil; as Ilhas de Brocoió e Paquetá<sup>7</sup>, com um patrimônio edificado muito significativo; a prática da pesca de curral, uma tradição herdada dos indígenas, que constitui um patrimônio imaterial relevante; a APA Guapimirim; o conjunto formado pelo Asilo

---

<sup>7</sup> Que se estivessem no trecho entre a ponte e a entrada da baía seriam atrações turísticas comparáveis ao Pão de Açúcar e ao Corcovado.

dos Inválidos da Pátria e Igreja de São Francisco na Ilha do Fundão; bem como as inúmeras igrejas de valor patrimonial na orla da Ilha do Governador, de Magé, de São Gonçalo. Apesar de sua relevância e de participar do cotidiano dos que moram na sua vizinhança, esses bens poderiam ser melhor apropriados socialmente.

Outra causa da invisibilidade do significado da Baía da Guanabara como patrimônio decorre da desconstituição da relação da Baía com os monumentos no seu entorno, devido aos sucessivos aterros da orla. Os bens e práticas patrimoniais não são compreendidos na sua relação com a Baía e, conseqüentemente, ela perde significação enquanto patrimônio. São exemplos desta situação: o Cais do Valongo, a Igreja de São Francisco da Prainha, a Casa de Banhos de João VI, o Paço Imperial, a Antiga Alfândega<sup>8</sup>, o Chafariz da Pirâmide, atribuído ao Mestre Valentim, que um dia serviu para abastecer navios.<sup>9</sup>

De uma forma geral, pode-se dizer, que apesar de ser possível reconhecer na Baía da Guanabara uma paisagem de valor cultural e histórico, a “frente de mar” da região metropolitana - na área correspondente ao espaço do espelho d’água entre a Ponte Rio-Niterói e o fundo da Baía-, está pouco integrada ao tecido urbano e é pouco reconhecida enquanto bem de valor cultural, ambiental e histórico.

Finalmente, vale mencionar que a invisibilidade da Baía como patrimônio é parte do fenômeno geral da invisibilidade do patrimônio cultural do Rio de Janeiro para a maioria dos habitantes da região metropolitana. Apesar de riquíssimo, o patrimônio metropolitano e fluminense é conhecido apenas pelos especialistas em patrimônio, mas é um grande desconhecido da sociedade fluminense, que dirá dos turistas. Ele não está integrado aos currículos escolares e é apreendido, no mais das vezes, apenas ou da perspectiva do valor de antiguidade, ou da excepcionalidade estética, mas raramente a compreensão de seu valor histórico e cultural alcança a consciência da maioria dos fluminenses e por isso também não alcança a consciência dos turistas.

## **A BAIÁ DA GUANABARA E O DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO**

Frente ao reconhecimento, por um lado, da centralidade da Baía da Guanabara para a região metropolitana, e do outro lado, de seu estado de degradação ambiental, de que, no trecho entre a ponte e o fundo da Baía, sua integração ao tecido urbano da metrópole pouco valoriza sua condição de paisagem de “frente de marítima” e seu valor paisagístico e patrimonial, coloca-se, portanto, a questão: quais as conseqüências da invisibilidade da Baía Guanabara enquanto patrimônio, para o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro? Para responder a essa

---

<sup>8</sup> Hoje chamada de Casa França-Brasil.

<sup>9</sup> A tomar como exemplo de numerosas cidades do mundo que valorizam seus monumentos à beira de rios e de canais a orla de toda a Baía de Guanabara mereceria contar com passeios marítimos com paradas em seus bens culturais e ambientais.

questão cabe refletir sobre o quadro situacional da economia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na década de 1950, o alto desenvolvimento industrial da Região Metropolitana provocou um aumento do processo de poluição e degradação da Baía, com a expansão das indústrias poluidoras, e acentuado crescimento populacional e intensa ocupação urbana proletária dos bairros ao fundo da baía.

Dada a sua condição de capital do país, até 1960, o peso dos serviços na economia fluminense sempre foi significativamente diferenciado em relação aos demais Estados do Brasil. Mesmo a recuperação industrial decorrente da expansão da indústria petrolífera, em função da presença de petróleo no litoral fluminense, não modificou a tendência que constituiu o Rio de Janeiro como um centro produtor de serviços, que correspondem em 2012 foi responsável por 67,4% do valor adicionado ao PIB fluminense.<sup>10</sup>

Em relação ao ambiente na sua vizinhança, a dinâmica das atividades de serviços é diferente daquela que estabeleciam as atividades industriais. Não é o caso aqui de aprofundar essa questão, mas vale mencionar que os produtos industriais são, em sua maioria, comercializados em locais diferentes daqueles onde são produzidos; enquanto que, nos serviços, na maioria dos casos, comercialização e produção estão imbricadas na mesma localização. Assim, no mais das vezes, os serviços incorporam ao valor dos seus produtos, o valor atribuído ao ambiente (natural, cultural e social) onde são produzidos e comercializados, como acontece com um hotel, restaurante ou academia de ginástica, por exemplo. Para o crescimento da economia de serviços na região metropolitana do Rio de Janeiro a recuperação ambiental e paisagística da Baía da Guanabara se constitui num eixo estratégico fundamental.

Nesse sentido, pode-se dizer que o crescimento de uma economia de serviços se vincula, portanto, a um padrão de desenvolvimento baseado em mecanismos de regulação da relação entre a produção econômica e o meio ambiente, cultural e natural, de modo a garantir que o ambiente, enquanto recurso cujo valor se agrega a produção, seja no mínimo preservado e sempre que possível valorizado.

Assim, para impulsionar a expansão de uma economia de serviços é importante promover a qualidade do ambiente metropolitano. Entre os mecanismos que se destacam nesse processo de regulação estão os processos de preservação e gestão de patrimônios, que estabilizam, salvaguardam e recuperam o ambiente. A preservação e gestão dos patrimônios constituem, portanto, uma base para o processo de desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES: PAISAGEM, PATRIMÔNIO, SEGREGAÇÃO: IDENTIDADE E**

<sup>10</sup> Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SE-PLAG; Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ. Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP. **Projeto Contas Regionais do Brasil PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2012**

## DESENVOLVIMENTO

Considerando a necessidade de discutir a Baía da Guanabara a partir dos temas da paisagem e do desenvolvimento, observou-se que a formação da paisagem e o processo de segregação sócio territorial - que a ela se associou historicamente - determinaram um quadro que torna invisível seu valor patrimonial e ambiental, dificultando a percepção de seu potencial para o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Frente às questões propostas, buscou-se considerar as indissolúveis conexões que articulam o tema da segregação sócio-territorial ao tema do patrimônio, no âmbito das grandes aglomerações urbanas, considerando as relações entre segregação sócio-territorial e a paisagem urbana e desenvolvimento. Esse reconhecimento propõe uma abordagem, que parta de uma visão geral da interação contraditória, entre o patrimônio e segregação sócio territorial, para em seguida abordar o caso específico do desenvolvimento da Baía da Guanabara.

Nessa perspectiva, entende-se que a Baía da Guanabara guarda a potencialidade de paisagem histórica e cultural integral, porém só é percebida na significativa diferenciação simbólica entre suas partes. Observa-se que a segregação sócio-territorial atua como uma estrutura estruturante (Bourdieu, 2007) das representações de identidades sócio-territoriais, capaz de formatar identidades e a percepção das diferenças entre os habitantes e lugares da cidade, incluindo a percepção da paisagem urbana. A segregação sócio-territorial aparece, portanto, como uma estrutura estruturante da cultura da aglomeração urbana na contemporaneidade.

Na medida em que formata percepções de representações de identidades relacionais, a segregação sócio-territorial também contribui para construção das relações entre os moradores da Região, determinado o que cada grupo social e conjunto da RMRJ pode ter como perspectiva de construção de futuro, especialmente quando se considera que para Hall e Woodward, são as identidades sociais e suas representações que estabelecem as perspectivas futuras dos grupos sociais, definindo suas possibilidades de desenvolvimento.

Não se trata aqui construir uma falsa dialética entre fenômenos sociais, mas sim de reconhecer que, por um lado existem fenômenos que atuam no sentido da construção de uma identidade sócio-territorial comum, e que por isso são elementos agregadores da sociedade, ao mesmo tempo em que, do outro lado, ocorrem processos que atuam no sentido da desagregação social. Trata-se apenas destacar, portanto, num conjunto amplo fenômenos, a segregação sócio-territorial, como elemento desagregador, e o patrimônio cultural, como elemento agregador, indicando no caso concreto da Baía da Guanabara, como estes fenômenos atuam de formas opostas sobre os processos de formação das identidades sociais; e como estão em conflito entre si, para em seguida debater a consequência deste conflito para o processo de desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Observou-se que a Baía da Guanabara, enquanto paisagem, bem como o acervo patrimonial que a ela associado, está vivendo, em grande parte, na invisibilidade cultural. Este fato sugere uma oposição de forças entre o patrimônio cultural e a segregação sócio-territorial, como fenômenos da cidade contemporânea. Esta segregação e o patrimônio cultural atuam de formas opostas sobre os processos de formação das identidades sociais.

Enquanto o patrimônio surge pela mediação da esfera pública da vida social, a segregação nasce como resultado das forças do mercado imobiliário, ainda que muitas vezes o Estado, ao invés de combater a segregação sócio-territorial, atue efetivamente no sentido de reforçá-la; o patrimônio busca expressar a coesão das múltiplas identidades sociais numa identidade comum, que tem como referência a escala da formação sócio-territorial como um todo; ao passo que a segregação fragmenta a identidade, da formação sócio territorial, constituindo diferentes recortes dessa totalidade.

Assim, pelas implicações que trazem para o processo de formação das identidades sociais, de um lado o patrimônio, do outro a segregação, atuam como forças opostas na constituição dos processos de sociabilidade urbana: o patrimônio atuando como elemento de construção da coesão social e a segregação como força desagregadora. Uma cidade muito segregada tende a fomentar processos de racismo e todo tipo de preconceito social entre seus habitantes, o que contribui para tornar as relações sociais mais violentas, pois toda forma de 'des-identificação' tende a agravar as formas de violência.

Nesse sentido, no debate sobre uma perspectiva de desenvolvimento para a Baía da Guanabara, cabe assinalar que este pode encontrar impulso em um processo de construção e reconstrução da memória e da identidade sócio-territorial, baseado no fato de a Baía da Guanabara ser uma paisagem de valor natural, cultural e histórico patrimonial e que a preservação e gestão deste patrimônio cultural e ambiental é um dos elementos capazes de conferir identidade e significados ao habitat humano, estabelecendo laços afetivos entre territórios e coletividades sociais.

Por outro lado, para impulsionar a expansão de uma economia de serviços é importante promover a qualidade do ambiente metropolitano e, no Rio de Janeiro, um dos principais elementos do ambiente metropolitano é a Baía da Guanabara. A preservação e gestão dos patrimônios abarcados pela Baía em toda a sua bacia hidrográfica constituem, portanto, uma base para o processo de desenvolvimento.

Mas para uma perspectiva de valorização patrimonial da Baía de Guanabara é preciso superar a sua invisibilidade enquanto patrimônio. Uma das causas dessa invisibilidade é a sua própria degradação. Outras possíveis causas podem estar: i) nas enormes diferenças socioeconômicas, entre trechos do território da metrópole que a circundam, que dado as percepções culturais são afetadas pelo processo de segregação sócio-territorial, e este pode estar contribuindo para desconstituir o significado patrimonial dos bens e manifestações existentes a partir da Ponte

Rio-Niterói, até no fundo da Baía; ii) na desconstituição da relação da Baía com os monumentos no seu entorno, devido aos sucessivos aterros da orla; iii) e na invisibilidade geral do patrimônio cultural do Rio de Janeiro para a maioria dos habitantes da região metropolitana.

São essas as barreiras que precisam ser vencidas para recuperar este patrimônio inestimável que é a totalidade da Baía de Guanabara e impulsionar o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4a Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 71-79.
- BOURDIEU, P. What makes a social class? On The Theoretical and Practical Existence of Groups. **Berkeley Journal of Sociology**. n. 32, p. 1-49, 1987.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, V. II, 1999.
- FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed./Garamond, 1999
- HAESBAERT, R. "Identidades territoriais". In: Correa, Roberto Lobato & Rozendahl, Zeny (org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, S. "Quem precisa de identidade". in: Silva, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva** São Paulo: Centauro, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAGO, L. C. do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015
- MESENTIER, L. M. de. "O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo". In: **Cadernos PUR/UFRJ**, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. v.VII, n.2, setembro de 1993.
- MESENTIER, Leonardo Marques de; MOREIRA, Clarissa da Costa, "Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico". In: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**. ANPUR, V.16, N.1, p.35-50, / MAIO 2014.
- MUNFORD, L. **A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 12ª edição, 1965.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". in: Silva, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arranha-Céu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12

### B

Baia de Guanabara 26, 34

### C

Cidades 3, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 34, 41, 50, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 88, 89, 92, 103

Condição da Base 1, 3

Conectividade 14, 15, 16, 22, 23, 24, 45

Contemporaneidade 36, 65, 76, 77

Contexto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16, 28, 29, 30, 41, 42, 44, 52, 54, 67, 68, 76, 77

Corredores Verdes 14

Criatividade 40, 46, 48, 52, 63

### D

Desenvolvimento Urbano 25, 32, 41, 48, 66, 76, 82, 89, 103

### E

Economia Criativa 40, 47, 50, 51, 58

Espaços Públicos 4, 12, 14, 22, 54, 63, 76

### H

Habitação 5, 30, 47, 48, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90

### I

Inovação Social 40

Intervenção 38, 45, 46, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 63, 77, 80

### M

Mercado Imobiliário 30, 37, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78

Minha Casa Minha Vida 65, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 90

### N

NDVI 14, 15, 18, 19, 21, 23

### P

Patrimônio Cultural e Paisagístico 25, 33

Patrimônio Industrial 40, 41, 42, 47, 51, 53

Política Habitacional 66, 67, 76, 78, 79, 81, 82, 84, 88, 89

Práticas Criativas 40, 52

## **R**

Regeneração 14, 54, 55, 62

## **S**

Segregação 5, 6, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 77, 90

Segregação Socioespacial 65, 67, 75, 76, 77

Sensoriamento Remoto 14, 16, 18, 23

Sentido de Chegada 1, 2, 4, 5, 8

Sentido de Lugar 1, 2, 5

## **T**

Teoria das Janelas Quebradas 54, 55, 56

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-615-7

